



# ALBERTO MUSSA A BIBLIOTECA ELEMENTAR

1ª edição



EDITORA RECORD  
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2018





# 1

## O crime da Rua do Egito

Começo pela testemunha: mulher, relativamente branca, perto dos seus trinta anos. Posso afiançar que é bela, como a concebo hoje; e que tem uma audácia extraordinária, como se constatará.

Não comete o crime de andar sozinha à noite — porque tal comportamento tinha deixado de ser ilegal, para as mulheres, desde quando foi bispo frei Francisco de São Jerônimo. No instante em que a surpreendemos, metida num burel surrado e cinzento dos franciscanos, caminha por entre as covas rasas do cemitério de pretos, que ficava dentro dos limites do convento de Santo Antônio, propriedade daquela ordem, no Largo da Carioca.

É uma noite quente da primavera tropical: sexta-feira, 13 de novembro de 1733. O céu está praticamente sem nuvens; e a Lua, em Aquário, na casa da Morte, declina sobre o horizonte equívoco do Rio de Janeiro. Além dela, apenas Saturno é visível, muito alto, no ponto do meio-dia.





É sob tal configuração que vem andando a mulher, no seu disfarce de frade, sobre as sepulturas anônimas. Sai, então, do cemitério, apertando contra o seio um saco de estopa; mas, em vez de tomar a ladeira estreita que leva ao convento, prefere contornar a base do morro, por onde corre uma cerca de estacas, até alcançar uma brecha, meio oculta no capim, já na banda da Rua do Egito.

Aquela área da cidade, naquele tempo, era relativamente pouco habitada. Ficava, na verdade, num território interdito, vedado a edificações, por estar fora do traçado da muralha que mandaram levantar depois da última invasão francesa, em 1711.

A muralha, no entanto, não chegou a ser concluída, porque muitos homens bons, e até governadores, tinham ficado contra ela, desafiando e sabotando as ordens régias. Assim, a cidade foi se expandindo, devagar, para além desse limite.

Dominavam as casas simples, quase sempre térreas, feitas por gente nem pobre nem rica. Muitos desses prédios empregaram pedras da própria muralha, retiradas de trechos onde ela ruía ou era depredada. Algumas construções eram irregulares; outras, clandestinas. Muitas abrigavam atividades proibidas e mesmo criminosas.

Com a inauguração de um chafariz, em 1723, no largo que viria a ser o da Carioca, a Rua do Egito, que muito





interessa à nossa trama, e que desembocava justamente nesse largo, passou a ser preferida pelos novos moradores — tanto que contava (no ano em que a história começa) com umas vinte e poucas casas, todas de frente para o morro, enfileiradas num único lado da rua, à direita de quem subia da praia.

Assim, com tais considerações, podemos voltar à mulher; e ao que ela pôde ver.

Agachada, põe a cabeça fora da abertura da cerca, para escrutinar o entorno. Além do lampião do convento, iluminado a azeite de peixe, apenas um oratório, dedicado a São Jorge, dá alguma claridade à rua. Daquela posição, à esquerda, pode observar a fachada das casas, que vão até o fim do logradouro, onde principia o rossio da cidade, pasto de vacas, cavalos e mulas. À direita, consegue vislumbrar mais algumas fachadas; o oratório; a esquina onde começa a Rua da Vala; a ponte sobre a vala que dá o nome à rua; e um pedaço do largo, de onde parte a Rua dos Três Cegos, já fora do seu campo de visão.

Quando faz o movimento para ficar de pé, uma porta se abre, de súbito, quase em frente a ela; e vozes masculinas vêm se misturar aos demais ruídos da noite. Não riem, não cantam, não parecem bêbados. Logo (conclui a mulher), é bem provável que estejam armados; que talvez





formem um desses bandos de assassinos que, no Rio de Janeiro, andam matando por qualquer meia pataca.

A mulher (que recua instantaneamente) não sabe dizer quem são, nem exatamente quantos são. Mas sabe de onde vêm, porque conhece a casa; porque também mora ali, naquela rua.

O grupo, então, se dispersa: e a mulher intui, pela batida dos tacões, que só um deles caminha na direção do rossio, enquanto os demais (estima três) tomam o sentido oposto. Despedidas, rangido de dobradiças e ferrolhos, eco de passos que cruzam a ponte; e o ruído interminável de cães, grilos e sapos.

Ela ainda espera, alguns minutos, para ter certeza de que ninguém mais irá sair da casa que conhece; e deixa, então, cautelosamente, o esconderijo: é quando percebe, à direita, um vulto, que atravessa a ponte a caminho da Rua do Egito.

De pé, já não tem como se abaixar e retornar para detrás das estacas. Qualquer movimento brusco (raciocina) iria agitar o mato e acabar por denunciá-la. Fica, assim, completamente imóvel e ereta, como se fizesse parte da cerca.

E eis, enfim, o que ela vê: um homem para diante de outra casa e dá quatro batidas leves na porta. Veste trajes finos: casaca de duas caudas, calções estufados, meião de





seda até os joelhos, sapatos de fivela metálica e chapéu de três bicos. Sem demora, e sem muita surpresa, surge diante dele uma figura masculina, que ela identifica e teme, envergando capa à espanhola e botas de cano longo, dobrado à altura da canela.

O da casaca, então, puxa algo que parece ser um pedaço de papel; e ambos caminham na direção do oratório. Sob a chama do azeite, ela julga reconhecer o rosto do visitante. E, por ter reconhecido o rosto, deduz a natureza do papel. Todavia, por ter deduzido a natureza do papel, julga conhecer o seu teor. E, por conhecer o teor, não consegue imaginar um motivo razoável para que este fosse revelado ao homem da capa.

O da casaca, então, leva o texto em direção à chama, para permitir que o outro leia. Apesar do tom baixo das vozes, percebe-se que começam a discutir. A mulher, embora não consiga decifrar as frases, dada a distância que a separa deles, não compreende as razões daquela discórdia. Mas ocorre algo que ela não espera: o da casaca, de repente, saca uma pistola.

O outro, porém, reage rápido, dando um bote na direção da arma. Há uma luta breve; e, quando soa a detonação, quem tomba é o dono da pistola, o homem da casaca.

Nesse ponto, eu teria preferido narrar a fuga espetacular do assassino, que atravessa a ponte sobre a





vala com a capa aberta, esvoaçante, até desaparecer na penumbra, lembrando velhos facínoras dos romances de aventura.

Mas a casa dele está ali, a poucas braças; e o que ele faz é apenas voltar, com pressa, depois de largar a pistola e apanhar o papel que havia ficado entre os dedos do defunto.

A mulher, então, aproveita a última oportunidade de abandonar o refúgio e se abrigar também em casa, antes de ser descoberta naquele hábito de frade — pois os quadrilheiros e outros moradores talvez não tardassem a acudir.

Mal termina de fechar a porta, procura esconder o saco entre os baús, antes que as outras moradoras levantem e venham até a frente, atraídas pelo barulho que virá da rua.

Disse ter começado pela testemunha. Mas é bom deixar claro que ela, testemunha, não fará denúncia: por temer o assassino; por ter com ele laços de sangue; por ter ela própria acabado de cometer um crime, talvez punível com a morte; e, principalmente, porque, para ela, não se tratava de verdadeiro homicídio: mas de um mero caso de legítima defesa.

Sobre esse último tópico, me inclino seriamente a concordar com ela (por isso relutei em abrir o romance com





essa cena). Pensavam desse mesmo modo os que reviram e comentaram meus originais. Também imagino que os leitores tenham agora a mesma opinião.

Infelizmente, contudo, a opinião da maioria é quase sempre a pior.







## 2

### A confissão de Maria Cabra

Recuo a narrativa dias antes da última cena para apresentar Maria Cabra, escrava dos frades do Convento de Santo Antônio. Para quem domina os códigos básicos da igreja romana, tal afirmação talvez pareça um erro, pois a ordem dos Menores de São Francisco não poderia, em tese, possuir bens.

Embora estivessem longe de rivalizar com carmelitas e beneditinos, o fato é que os franciscanos tinham escravos: não sei se pela irreverência ou maleabilidade própria do Rio de Janeiro; ou porque, na velha mentalidade portuguesa, o trabalho fosse coisa tão aviltante que nem mesmo aqueles frades devesses ser submetidos a ele; ou por haver alguma lacuna nas leis canônicas.

As razões, na verdade, não importam. Relevante, para a narrativa, é que o caso de Maria Cabra provocava certo escândalo: não por ser escrava — mas por ser mulher e viver entre homens votados ao celibato. Os frades eram abertamente criticados ou ridicularizados pelos morado-





res de toda a região vizinha ao chafariz da Carioca, que incluía a Rua do Egito.

Quero chamar a atenção para um interessante pormenor, que praticamente explica o livro: o problema não era um ou outro padre, frei ou monge cometer o pecado da luxúria, fosse casualmente ou de modo contumaz. Pelo menos, não no Rio de Janeiro. Para tanto, para ratificar o mito, basta lembrar a história do primeiro bispo da cidade, dom José de Barros Alarcão, de viril memória, que não teve apenas mulher — mas três mulheres e vários filhos que ele mesmo batizava, com nomes de papas.

O problema verdadeiro, portanto, não era concreto, não era objetivo. Não era a possibilidade de Maria Cabra vir a ter um frade como amante: era a simples presença feminina numa casa conventual — porque o corpo da mulher (naquela metafísica) contaminava e corrompia, por sua mera existência, a fraternidade inteira.

Isso durou até o início de 1733, meses antes do crime que nos concerne, quando o novo provincial decidiu proibir Maria Cabra de permanecer à noite entre eles. Poderiam tê-la alforriado; poderiam ter alugado um canto para ela dormir — mas preferiram solução um tanto menos franciscana: permitir que trabalhasse por conta própria (sem prejuízo dos seus afazeres) e custeasse com





seus ganhos alguma moradia, fora do convento, fazendo esmola (naturalmente) do dinheiro que sobrasse.

É nesse ponto que Maria Cabra passa a interessar à trama do romance: porque ela foi residir na Rua do Egito, na casa da viúva Leonor Rabelo. E, já que mencionei Leonor, convém falar um pouco mais da rua.

Disse que a Rua do Egito, naquela época, tinha apenas construções do lado direito de quem vinha da praia, sendo o lado esquerdo, na base do morro, ocupado pela cerca que demarcava a propriedade da ordem de São Francisco. Para facilitar a narrativa, peço aos leitores tolerância com uma pequena licença ficcional: identificar as casas da rua por números, em ordem crescente, a partir da que fazia esquina com a Rua da Vala. Digo se tratar de uma licença porque o sistema de numeração de prédios no Rio de Janeiro parece só ter sido implantado depois da chegada da família real.

Assim, Maria Cabra foi morar, ou mais exatamente passar as noites, na casa 8, pertencente à viúva Leonor Rabelo, pelo preço de 1\$200 anuais. Era uma casa térrea, com uma porta central e duas gelosias laterais, modelo praticado em quase toda a rua. Além de Maria Cabra, Leonor tinha mais duas inquilinas: Epifânia Dias (mais conhecida como Carangueja) e Maria Pinima (ou Maria Malhada), respectivamente mãe e filha, índias que teriam





sido expulsas, ou fugido, da fazenda dos jesuítas, na região onde hoje é Santa Cruz e Itaguaí.

Dormiam em redes, cada uma em sua alcova, exceto a proprietária, que preferia ocupar a sala, cuja mobília consistia em dois bancos de madeira, baús, um fogareiro, panelas e talheres de cobre, pratos e canecas de latão, uma grande moringa, uma tina, uma talha e, evidentemente, penicos. Algumas dessas peças eram de uso comum.

Apesar da pobreza, apesar do excesso de trabalho, não posso afirmar que Maria Cabra se sentisse infeliz depois da mudança. Havia certa alegria ali, na casa 8, tanto quanto na Rua do Egito e no resto da vizinhança, pontuada por tavernas e por estabelecimentos ilegais, as então ditas casas de alcouce e tavolagem, onde se praticava a prostituição e o jogo.

As mulheres tinham mais liberdade de andar nas ruas, de conversar nas esquinas; havia muita música, muita gente que gostava de dançar; e as rodas de fandango e sapateado, com guitarra e rabeca, eram comuns no rossio e nos estabelecimentos que vendiam bebidas.

Maria Cabra gostou de frequentar esse ambiente. Em casa, embora a Carangueja lhe metesse medo, tinha a proteção de Leonor, a amizade da Malhada e um pouco de dinheiro, que ia guardando mesmo com as despesas do aluguel e a obrigação das esmolos.





Isso até que o Sol ascendesse naquele dia fatídico, para encontrar, acima do horizonte, apenas a estrela da morte, o planeta vermelho, na casa dos Inimigos e dos Maus Espíritos. Falo do dia 7 de novembro, precisamente o sábado anterior ao crime.

O fandango acontecia na primeira casa, um dos raros sobrados daquela zona, que abrangia três lotes e tinha portas tanto para a Rua do Egito quanto para a da Vala. Os donos moravam no andar superior, sendo o térreo uma espécie de armazém, uma quitanda de secos e molhados, com mesas para servir bebida e refeições. Como fosse sábado, as pessoas costumavam ir à rua, para não serem acusadas de judaísmo. E, por isso, o armazém estava cheio.

Descreverei essa festa (fundamental para o romance) na ocasião oportuna. Importa saber, por ora, que Maria Cabra esteve lá, nesse sábado, onde deu risadas e comeu morcelas. Tinha a companhia de Leonor Rabelo e de Maria Pinima; e foi com elas que voltou para casa, quando o Sol se pôs, já um pouco tonta, porque a viúva a tinha feito partilhar de uma caneca de vinho verde.

Foram logo para as respectivas redes, as três mulheres. Da casa 8, só a voz notívaga da Carangueja, com aquelas rezas infinitas e incompreensíveis, rompia o silêncio da rua. É quando a Cabra, de súbito, pressente alguém se





aproximar; alguém que trepa em sua rede, levanta sua camisa e começa a fazer coisas; coisas contra as quais não consegue reagir.

No dia seguinte, domingo, na missa dos escravos, frei Zezinho nota que Maria Cabra não comunga. E, discretamente, exige dela uma explicação. Trêmula, traindo já a conturbação do seu estado de espírito, a moça dá a desculpa mais óbvia, que não podia receber o sacramento por ainda não ter se confessado.

Ora, frei Zezinho (por motivos que darei depois) era, dentre os Menores, o frade mais próximo, o mais afeito aos moradores da Rua do Egito, gente muito desqualificada e vista com bastante reserva. Conhecia bem aquele ambiente; e deduz (sendo a Cabra pessoa cristã de boa índole, estando visivelmente tão abalada) que o pecado inconfesso era recente; e grave.

Maria Cabra, então, não resiste: narra a frei Zezinho a execranda culpa: na rede, em decúbito dorsal, reconhece sobre ela a Malhada, que lhe puxa a camisa de algodão. Está nua, a amiga. E ela, a Cabra, lânguida e perdida. Maria Pinima, assim, tem o domínio pleno: encosta nela, e se esfrega, como se fosse uma cobra.

O frade, todavia, quer minúcias, exige que Maria Cabra nomeie com precisão as partes do corpo envolvidas no ato. E a confitente emprega um rico vocabulário popular





para descrever a vulva em todos os meandros anatômicos, além da sutil mecânica de fricções e encaixes que permite a cópula entre duas mulheres. Confessa que se impressionou e se deleitou com a da Malhada, completamente deserta de pelos, lisa como um rosto de criança.

Frei Zezinho pede mais: suspeita de outras práticas, cogita possibilidades, como a introdução de objetos fállicos (comuns, por exemplo, no Japão e na Alemanha), adverte que um pecado só se expurga se a confissão é completa.

Maria Cabra menciona, então, o que lhe pareceu o pior, o mais perturbador: a língua da Pinima, que lhe lambeu os mamilos e lhe subiu depois pelo pescoço, para alcançar a boca. Foi, segundo a Cabra, uma sensação indescritível: nunca antes homem nenhum, entre tantos que se serviram dela, lhe tinha dado um beijo.

O ineditismo daquilo a fez alcançar um tão alto nível de prazer que acreditou ter sido enfeitiçada. E era por esse beijo, somente pelo beijo, que não comungara. Conheceu, naquele momento, o que era o êxtase. Mas tinha um medo enorme do Inferno.

O confessor, então, a instiga a dizer mais, porque, de princípio, não crê na tese de feitiçaria. É quando Maria Cabra faz, de repente, a acusação: a Malhada podia ser bruxa — porque era filha de bruxa. Bruxa que diariamente invoca os espíritos; que revolve cadáveres em





cemitérios; que faz filtros e feitiços para seduzir mulheres e endurecer os homens; que também é alcoviteira; e prostitui a própria filha.

Pasmo, apavorado, frei Zezinho escuta o nome herético de Epifânia Dias, a índia expulsa da fazenda dos jesuítas, mais conhecida como Carangueja.







### 3

## O segredo de Leonor Rabelo

Antes de entrar no assunto principal deste capítulo, convém satisfazer a curiosidade de quem lê, particularmente dos que conhecem algo da geografia do Rio de Janeiro e não saberão apontar num mapa a rua que se chama (ou se chamou) do Egito.

Digo logo: é a célebre Rua da Carioca, embora seja esta uma denominação tardia, recebida em 1808. Depois de ser do Egito, e antes de ser da Carioca, foi também Rua do Piolho, alcunha de personagem um tanto lendária que ainda se apresentará (pois também está na trama do romance). “Carioca”, como se percebe, é uma alusão ao largo onde ficava o chafariz alimentado pelo aqueduto que captava a água do rio homônimo.

Já mencionei, em outro livro, o Carioca original: rio mítico, fundador, dotado de potências xamânicas, de onde emergiram a bravura e a beleza dos tamoios; onde beberam piratas, marujos, aventureiros, invasores; que por vários séculos matou a sede da gente comum do Rio





de Janeiro — dos cariocas, que também foram extrair dele o seu gentílico.

Poderia acrescentar algo sobre o aqueduto, que — reformado ainda no século 18 — constitui o fabuloso monumento dos Arcos da Lapa, obra colossal, o mais profundo e verdadeiro símbolo da cidade, só comparável, em grandeza, à Muralha da China.

E isso basta para que se compreenda o alcance, a transcendência, no mito da cidade, de uma rua com esse nome, tão carregado de sentidos.

Mas — e a razão de ter sido, primitivamente, do Egito?

A resposta é simples: porque a maioria de seus moradores era cigana; e esses ciganos (segundo depoimento colhido entre os seus descendentes, no século 19) afirmavam ser oriundos do Egito; guarneciam seus interiores à feição oriental; usavam em seu calão algumas palavras de origem árabe; e chamavam um dos seus gêneros musicais mais típicos de “canto egípcio”. É a história que começo a contar.

Diz a crônica policial do Rio de Janeiro que em 1655 grandes hordas de ciganos baixaram acampamento no então Campo da Cidade, vasta área fora do perímetro urbano, cujo limite era a Rua da Vala. O Campo era propriedade da câmara, que o destinava principalmente para rossio, ou seja, para uso livre da população.

